

Mahmoud Abbas critica Israel no Parlamento Europeu

No seu discurso no PE, o Presidente da Autoridade Palestiniana destacou como prioritárias **"a criação de um governo de unidade nacional"** constitui uma das nossas prioridades", bem como **"acabar com a divisão entre o nosso povo"** mediante um "processo político que acabasse com a ocupação e permitisse a criação de dois Estados", acusando ainda o Governo Israelita de ter uma "mentalidade militar e colonizadora".

PE aprova relatório da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas

O relatório final da Comissão Temporária do PE sobre as Alterações Climáticas **"2050: O futuro começa hoje – Recomendações com vista a uma futura política comunitária integrada de preservação do clima"** foi aprovado.

O eurodeputado Duarte Freitas descreveu o relatório como congregando "posições de vários partidos políticos e de várias sensibilidades sectoriais" descrevendo o documento como "de inegável rigor, abrangência, actualidade e pertinência".

Criminalização dos "chat rooms" de pedófilos na Internet na UE

O eurodeputado **Carlos Coelho** participou neste debate e sublinhou ser **"fundamental que todos os Estados-Membros criminalizem todos os tipos de abuso sexual de crianças"** lembrando a importância de "assegurar que os autores de tais crimes não possam escapar às malhas da justiça".

Foi aprovada uma recomendação para que cidadãos da UE que cometam crimes sexuais contra crianças dentro ou fora da União sejam abrangidos por uma lei penal de natureza extraterritorial comum na UE.

*em destaque:***PE pede a países europeus para "estarem preparados" para aceitar detidos de Guantanamo**

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou uma Resolução sobre o **"repatriamento e a reinstalação dos detidos de Guantanamo"**.

Na resolução aprovada o Parlamento Europeu pede aos Estados-Membros, **"caso a Administração norte-americana o solicite"** cooperem **"na busca de soluções, a estarem preparados para aceitar reclusos de Guantanamo na UE"**, a fim de contribuir para reforçar o direito internacional, e a assegurar a todos, como prioridade, um tratamento justo e humano".

O Deputado do PSD **Carlos Coelho**, participou no debate que antecedeu esta votação e lembrou que **"várias vezes este Parlamento pediu o encerramento da prisão de Guantanamo"**. Fomos acompanhados pelas outras duas instituições, Comissão e Conselho. Agora que a decisão foi tomada **não pode haver equívocos quanto à nossa posição**. Felicitamos vivamente o Presidente Obama por esta decisão, uma decisão que ele justificou pela necessidade de devolver aos Estados Unidos da América a autoridade moral de que gozava perante o mundo."

PE apoia sanções contra os empregadores de imigrantes ilegais

O Parlamento Europeu aprovou um Relatório relativo ao **Estabelecimento de sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular**. Trata-se de uma Directiva que estabelece sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular. Estima-se que haja entre **5 milhões e 8 milhões de imigrantes ilegais na UE**. O emprego ilegal concentra-se especialmente na construção civil, agricultura, limpeza e hotelaria/restauração.

Segundo **Carlos Coelho** esta nova directiva visa alcançar um **"nível mínimo de harmonização a nível europeu"**, exigindo aos Estados-Membros que proibam o emprego ilegal, estabelecendo sanções mínimas comuns que deverão ser introduzidas na legislação nacional.

Para o Deputado português, com esta Directiva pretende-se assegurar que todos os Estados Membros possam introduzir sanções similares para os empregadores de imigrantes clandestinos" e poderão ser impostos **3 tipos de sanções: "financeiras, administrativas e criminais, de acordo com a gravidade da situação."**

Rescaldo da Sessão Plenária de 2 a 5 de Fevereiro de 2009

Energia

➤ PE incentiva interconexões de gás e electricidade a partir da Península Ibérica

O Parlamento Europeu instou ao desenvolvimento das interconexões de gás e electricidade com a Europa do Sudoeste, em especial a partir da Península Ibérica para o Norte de França. O PE convida os Estados-Membros e a Comissão a *"desenvolverem importantes investimentos em matéria de redes e a completarem o mercado interno da energia através de determinadas iniciativas orientadas para o futuro"*, como a criação de uma rede única europeia de gás.

O relatório do Parlamento Europeu sobre a Segunda Análise Estratégica da Política Energética, aprovado por 406 votos a favor, 168 contra e 87 abstenções, salienta também a importância do desenvolvimento das interconexões de gás e electricidade que atravessam a Europa Central e do Sudeste segundo um eixo norte-sul, recordando a necessidade de desenvolver as redes na região do Mar Báltico, integrando-as na rede da Europa Ocidental. O PE destaca a necessidade de conferir especial atenção ao desenvolvimento de um plano de interconexão do Báltico cobrindo o gás, a electricidade e o armazenamento em 2009 e manifesta igualmente o seu apoio ao **desenvolvimento de interconexões com regiões insulares, periféricas ou isoladas da União** (§ 18, 19).

Os eurodeputados consideram que todos os Estados-Membros deverão ter ao seu dispor uma capacidade suficiente de gás natural liquefeito (GNL), composta por instalações de liquefacção nos países produtores e terminais de GNL e regaseificação embarcada na União Europeia, directamente ou através de outros Estados-Membros, com base num mecanismo de solidariedade. *"Os novos terminais de GNL deverão ser considerados projectos de interesse europeu, por darem um contributo fundamental para a diversificação das rotas de aprovisionamento"*, acrescentam (§ 28).

O Parlamento expressa também o seu apoio à plena interligação do **projecto MEDGAZ** Argélia-Espanha-França e Europa continental, considerado pela Comissão como um projecto de interesse europeu no Plano de Interconexões Prioritárias para diversificar ainda mais as rotas de entrada de gás na Europa (alteração 47).

O PE exorta a Comissão e a Presidência Checa a apresentarem um *"novo e ambicioso plano de diversificação"* das fontes de energia a longo prazo no próximo Conselho Europeu, que se realiza nos dias 19 e 20 de Março (alteração 31).

Reforçar a segurança do aprovisionamento em gás natural

À luz da recente crise do gás entre a Rússia e a Ucrânia que atingiu o território da União, o PE acolhe favoravelmente a intenção manifestada pela Comissão Europeia de reforçar o quadro da directiva de 2004 relativa a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento em gás natural, exortando o executivo comunitário a propor alterações à referida directiva até ao final deste ano (§ 57).

Os elementos centrais da revisão desta directiva *"deverão ser vinculativos e incluir planos de acção nacionais e da União Europeia eficazes para situações de emergência"*, definindo nomeadamente uma declaração comum de situação de emergência, a atribuição aos países afectados dos aprovisionamentos e da capacidade infra-estrutural disponíveis, um tratamento coordenado, a activação de medidas de emergência nos países não afectados ou menos afectados pela crise, a fim de aumentar o volume de gás disponível para os países afectados – utilizando *"todos os meios possíveis, incluindo, nomeadamente, contratos interruptíveis, alternância de combustíveis retirada dos locais de armazenagem, flexibilidades do aprovisionamento"*. O PE insta a União Europeia e os Estados-Membros a desenvolverem a armazenagem de gás com capacidade de emissão rápida (alteração 35).

Acordo trilateral entre a UE, a Rússia e a Ucrânia sobre o trânsito de gás

O PE apoia a intenção de negociar um *"novo acordo de grande alcance"* em substituição do Acordo de Parceria e Cooperação concluído em 1997 com a Rússia, incluindo o *"capítulo sobre a energia, que deve respeitar plenamente os princípios do Tratado relativo à Carta Europeia da Energia e seus protocolos de trânsito"*. O relatório nota que *"a Rússia assinou e a Ucrânia ratificou o Tratado relativo à Carta Europeia da Energia"*, recordando que o Tratado contém, entre outros aspectos, um mecanismo que prevê a resolução de litígios, por exemplo, no caso de disputas comerciais ou ligadas ao trânsito entre as respectivas partes do Tratado (alteração 33).

O Parlamento apela também à celebração de um acordo trilateral entre a UE, a Rússia e a Ucrânia sobre o trânsito do gás da Rússia para a UE com vista a garantir a segurança do aprovisionamento nos próximos anos (alteração 27).

Os eurodeputados solicitam a inclusão da denominada *"cláusula de segurança energética"* nos acordos comerciais, de associação, de parceria e cooperação celebrados com países produtores e de trânsito, a qual deverá *"impor a obrigação de seguir um código de conduta e a proibição da interrupção do fornecimento devido a litígios de carácter comercial"*. Os deputados pedem também à Comissão que defina explicitamente *"medidas a tomar em caso de interrupção unilateral ou qualquer alteração unilateral das condições contratuais ou dos termos do fornecimento"* (alteração 32).

Nabucco, South Stream e outros

Os parlamentares manifestam o seu apoio a projectos de diversificação das fontes de energia e das rotas de aprovisionamento, em especial ao desenvolvimento de um corredor meridional de gás que inclua o projecto Nabucco, o Interconector de Gás Turquia-Grécia-Itália (TGI) e o projecto South Stream. O Parlamento realça a necessidade de ***"colaborar com os países interessados, nomeadamente na região do Mar Cáspio"***, e considera ser particularmente importante que, *"a longo prazo, quando as condições políticas o permitirem, os fornecimentos de outros países da região, como o Uzbequistão e o Irão, representem uma outra fonte significativa de aprovisionamento da União Europeia"* (§ 25).

Energia solar

Os eurodeputados convidam a UE a cooperar com os países da região mediterrânica, em particular do Norte de África, dado o seu elevado potencial em matéria de recursos energéticos e as importantes oportunidades de desenvolvimento para África, propondo, em especial, que seja investigada e promovida a utilização de energia solar (§ 42, 46, 74, 87).

O relatório foi elaborado pela eurodeputada francesa Anne **LAPERROUZE** (ALDE).

Justiça e Assuntos internos

➤ Criminalização em todos os Estados-Membros dos "chat rooms" de pedófilos na Internet

O fornecimento de *"salas de conversação"* (chat rooms) ou de fóruns de pedófilos na Internet deve ser criminalizado em todos os Estados-Membros. O relatório que contém uma proposta de recomendação do PE ao Conselho referente à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil sugere também que todos os cidadãos da UE que cometam crimes sexuais contra crianças dentro ou fora da União sejam abrangidos por uma lei penal de natureza extraterritorial comum a toda a UE.

No relatório da eurodeputada italiana Roberta **ANGELILLI** (UEN), aprovado por 591 votos a favor, 2 contra e 6 abstenções, o Parlamento Europeu dirige várias recomendações ao Conselho relativas à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil.

"Apesar de os ordenamentos jurídicos dos Estados-Membros assegurarem sanções e um nível de protecção bastante elevado contra os abusos e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil", a relatora considera que "a Decisão-Quadro de 2004 [relativa à luta contra a exploração

sexual de crianças e a pornografia infantil] deverá ser actualizada de modo a aumentar o nível de protecção dos menores e a ter também em conta o desenvolvimento contínuo das novas tecnologias, em especial da Internet, e a utilização de novas formas de aliciamento de menores para fins sexuais por parte dos pedófilos, através da Internet".

Os eurodeputados propõem, por exemplo, a criminalização, em todos os Estados-Membros, do aliciamento (solicitar crianças para fins sexuais) e do turismo sexual que envolve crianças, o fornecimento aos pais de programas de fácil utilização que permitam bloquear o acesso das crianças a sítios Web pornográficos e a instituição de um sistema de alerta para crianças desaparecidas, a fim de melhorar a cooperação a nível europeu.

O PE sugere também a criação de sistemas nacionais de gestão de agressores sexuais que incluam uma avaliação de risco, bem como programas de intervenção para prevenir ou minimizar o risco de reincidência, e disponibilização de terapias a que os agressores sexuais possam aceder. Estes programas de intervenção e a terapia voluntária devem poder ser financiados no quadro do orçamento geral da UE, de modo a *"garantir que o interesse superior da criança assuma uma posição central em toda a União"*, acrescenta.

A proposta de revisão da Decisão-Quadro deve, segundo o PE, reforçar o aspecto dos abusos relacionados com a Internet e outras tecnologias de comunicação. Os eurodeputados apoiam a iniciativa da Comissão, em concertação com as principais empresas emissoras de cartões de crédito, para o estudo da viabilidade técnica de excluir ou inviabilizar os sistemas de pagamento em linha dos sítios na Internet que vendem pornografia infantil, apoiando também outros agentes económicos, como os bancos, as instituições de câmbio, os fornecedores de acesso à Internet e os motores de busca, no esforço de luta contra a pornografia infantil e outras formas de exploração das crianças.

A proposta de revisão deverá evitar o acesso a crianças por parte de agressores sexuais condenados, através de empregos ou de actividades de voluntariado que envolvam o contacto regular com crianças. O Parlamento salienta que *"é obrigação dos Estados-Membros assegurar que os candidatos a determinados cargos que envolvam contacto com crianças sejam alvo de controlo do registo criminal, incluindo a definição de regras ou orientações claras para os empregadores sobre as suas obrigações neste domínio"*.

Os eurodeputados propõem ainda a instituição de um programa de acção com o objectivo de proporcionar apoio e protecção adequados às crianças identificadas como alvo de abusos sexuais em imagens pornográficas.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Carlos **COELHO** (PPE/DE): *"A Decisão-Quadro de 2003 visava aproximar as legislações dos Estados-Membros na luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil. Para isso aprovou um quadro comum de disposições para regular a criminalização, as sanções aplicáveis, a protecção e assistência às vítimas, entre outros aspectos. Considero lamentável que nem todos os Estados-Membros tenham adoptado as medidas necessárias à execução desta Decisão-Quadro, tendo sido já ultrapassado a data-limite para o fazerem.*

É fundamental que todos os Estados-Membros criminalizem todos os tipos de abuso sexual de crianças, que todos os cidadãos europeus que cometam crimes sexuais contra crianças dentro ou fora da União Europeia sejam abrangidos por uma lei penal de natureza extraterritorial comum a toda a União. É importante assegurar que os autores de tais crimes não possam escapar às malhas da justiça. Apoio igualmente a revisão da Decisão-Quadro para que esta garanta pelo menos o mesmo nível de protecção da Convenção do Conselho da Europa de 2007. É lamentável que nem todos os Estados-Membros tenham subscrito esta Convenção.

É igualmente importante reforçar esta Decisão-Quadro de forma a poder dar resposta aos desenvolvimentos mais recentes no domínio das tecnologias de comunicação. A Internet é cada vez mais utilizada pelas crianças e acabou por se tornar num dos instrumentos preferidos de efectivos ou potenciais agressores, nomeadamente através do aliciamento e da solicitação fraudulenta de crianças para fins ilícitos, o grooming, que já foi referido pela colega Roberta Angelilli, que aproveito para felicitar pelo excelente trabalho que fez e pelo relatório que nos

apresentou.

Não ignoro a complexidade e dificuldade deste combate, mas creio possível enfrentar a exploração sexual de crianças com acções integradas e no esforço conjunto, onde seja dado destaque à prevenção através da promoção de campanhas de sensibilização de pais e crianças para os riscos da pornografia infantil, nomeadamente na Internet, e em especial para o risco da exploração sexual nas chat rooms e nos cyberfóruns".

Roberta ANGELILLI (UEN, IT)
Relatora
Processo: relatório de iniciativa
Debate: 3/2/2009
Votação: 3/2/2009

Relações Externas

➤ PE pede a países europeus para "estarem preparados" para aceitar detidos de Guantánamo

O Parlamento Europeu instou os Estados-Membros, "caso a Administração norte-americana o solicite, a cooperarem na busca de soluções, a estarem preparados para aceitar reclusos de Guantanamo na UE, a fim de contribuir para reforçar o direito internacional, e a assegurar a todos, como prioridade, um tratamento justo e humano". A resolução sobre o repatriamento e a reinstalação dos detidos de Guantanamo foi aprovada em plenário por 542 votos a favor, 55 contra e 51 abstenções.

O Parlamento Europeu afirma que "cabe aos Estados Unidos a responsabilidade principal por todo o processo de encerramento do centro de detenção da Baía de Guantanamo e pelo futuro dos seus reclusos", acrescentando, todavia, que "a responsabilidade pelo respeito do direito internacional e dos direitos fundamentais cabe a todos os países democráticos e, particularmente, à UE e aos seus Estados-Membros, que, juntos, representam uma comunidade de valores". Recorda também que "os Estados-Membros têm uma obrigação de cooperação leal no sentido de se consultarem mutuamente sobre possíveis efeitos na segurança pública à escala da UE".

O PE convida os Estados Unidos a assegurarem que qualquer detido contra o qual disponham de provas suficientes seja julgado de forma adequada e imediata, numa audição pública justa, por um tribunal competente, independente e imparcial, e, se for condenado, seja detido nos Estados Unidos; que qualquer detido que não seja acusado e que opte voluntariamente por ser repatriado seja restituído ao seu país de origem o mais rapidamente possível; e que qualquer detido que não virá a ser acusado, mas também não pode ser repatriado devido a um risco real de tortura ou perseguição no seu país de origem, tenha a oportunidade de ser admitido nos Estados Unidos e lhe seja oferecida protecção humanitária no território americano, bem como reparação.

A decisão de Barack Obama no sentido do encerramento das instalações de detenção de Guantánamo, bem como outras ordens executivas relacionadas, assinalam, segundo os eurodeputados, "uma importante viragem na política dos Estados Unidos em relação ao respeito do direito humanitário e do direito internacional", encorajando a nova Administração a adoptar mais medidas neste sentido.

Debate em plenário

Falando em nome do Conselho, Alexandr **VONDRA**, vice-primeiro-ministro checo, salientou que o encerramento de Guantánamo é "*responsabilidade primeira*" dos Estados Unidos e que a decisão de aceitar os detidos que não forem acusados cabe a cada Estado-Membro. No entanto, "*é desejável uma resposta política comum*" da UE, garantindo que será explorada a possibilidade de uma acção coordenada a nível europeu. Este assunto levanta "*questões políticas, jurídicas e de segurança*" que terão de ser discutidas pelos ministros da Administração Interna dos Estados-Membros, acrescentou.

Jacques **BARROT**, vice-presidente da Comissão responsável pela área da Justiça, Liberdade e Segurança, lembrou que alguns dos prisioneiros não poderão voltar aos seus países porque poderão ser perseguidos ou torturados. A UE analisará com os EUA a melhor maneira de instalar estes prisioneiros em lugares seguros, disse, confirmando a vontade de uma *"política construtiva"* com os Estados Unidos.

"Este processo não será nem fácil nem rápido", admitiu BARROT, manifestando, no entanto, a sua vontade de chegar a *"medidas concentradas"* a nível comunitário. Ainda não foi feito nenhum pedido formal pelos Estados Unidos, recordou, acrescentando que a análise será feita *"caso a caso"* e tendo em conta quer os direitos humanos quer questões de segurança.

Intervenção dos grupos políticos

"O facto de essas pessoas terem sido torturadas dá-lhes o direito de terem a nossa compaixão", disse Hartmut **NASSAUER** (PPE/DE, DE). No entanto, o eurodeputado sublinhou que *"algumas dessas pessoas" estavam a ser treinadas como terroristas e "a União Europeia não pode acolher terroristas"*.

Martin **SCHULZ** (PSE, DE) disse a NASSAUER que a segurança dos cidadãos é de facto primordial, mas *"o que destrói mais a segurança? O medo de recebermos detidos de Guantánamo ou o facto de esquecermos os direitos humanos fundamentais?"*. *"A União Europeia, a partir do momento em que há uma situação injusta que termina, não se pode isentar das suas responsabilidades"*, salientou. *"Não auxiliar é errado"*, disse, *"devemos dar o nosso apoio a Obama"*. *"Guantánamo é um sinal de vergonha, mas é também um símbolo"*, enfatizou: *"os direitos humanos devem ter sempre prioridade"*.

Graham **WATSON** (ALDE, UK) felicitou o novo Presidente norte-americano por *"voltar ao Estado de Direito"*. Mas *"os europeus não podem dizer que são os Estados Unidos que têm de resolver a situação"*, já que países europeus foram *"cúmplices"* dos EUA, disse. *"Este é um problema a resolver não só pelos Estados Unidos, mas por todos"*, sublinhou. *"Por que não oferecer os direitos e liberdades dos nossos países?"*, questionou. *"A nossa ajuda deve ser clara"*.

Konrad **SZYMAŃSKI** (UEN, PL) afirmou que um em nove prisioneiros libertados de Guantánamo voltou a estar envolvido em actividades terroristas, apelando à *"prudência"* e ao isolamento dos casos mais perigosos. O eurodeputado defendeu também uma reforma da Convenção de Genebra.

"Sabemos que é uma questão de competência nacional, mas a UE quer mostrar-se activa perante os Estados Unidos", afirmou Kathalijne **BUITENWEG** (Verdes/ALE, NL). Os detidos de Guantánamo foram vítimas de violações de direitos humanos, mas há outras prisões noutros países, lembrou. *"Temos de ser prudentes" e ter em conta que "os nossos próprios governos ajudaram a Administração norte-americana anterior"*.

Gabriele **ZIMMER** (CEUE/EVN, DE) sublinhou que foram detidas e torturadas pessoas contra todos os princípios internacionais. *"O PE exigiu repetidamente o encerramento de Guantánamo, e começamos agora a questionar o que exigíamos no passado? Os direitos humanos já não precisam de ser garantidos?"*, questionou. Na opinião da eurodeputada, *"é fundamental que os Estados-Membros estejam dispostos a ajudar"*.

Nils **LUNDGREN** (IND/DEM, SE) disse que não entende por que razão aqueles que são inocentes não podem ficar nos Estados Unidos, mas *"temos de estar também dispostos a recebê-los"*.

Segundo Koenraad **DILLEN** (NI, BE), são *necessárias "medidas para prevenir que fanáticos religiosos destruam a nossa democracia"*, e isto não está bem saliente na resolução do Parlamento, disse.

Intervenção de eurodeputados portugueses

Carlos **COELHO** (PPE/DE): *"Várias vezes este Parlamento pediu o encerramento da prisão de Guantánamo. Fomos acompanhados pelas outras duas instituições, Comissão e Conselho. Agora que a decisão foi tomada não pode haver equívocos quanto à nossa posição. Felicitamos vivamente o Presidente Obama por esta decisão, uma decisão que ele justificou pela necessidade*

de devolver aos Estados Unidos da América a autoridade moral de que gozava perante o mundo.

Sejamos claros: a decisão da Administração Bush de abrir Guantánamo, bem como o programa das extraordinary renditions, abalaram essa autoridade moral dos Estados Unidos. Os fins não justificam os meios. Não é aceitável que se viole o direito internacional, que se exerça tortura, que se abram prisões secretas e que se façam desaparecer prisioneiros. Nos Estados de Direito, os detidos são apresentados à justiça e têm o direito a defender-se. Esteve mal a Administração Bush quando cometeu estes abusos, como mal estiveram os que, pelo aplauso conivente ou pelo silêncio envergonhado, foram cúmplices.

Se os Estados Unidos da América pedirem a ajuda da União Europeia não a devemos recusar, como disse, aliás, o Comissário Barrot. Não abdicando da segurança dos nossos cidadãos, mas sem a utilizar como pretexto para não colaborar. Precisamos igualmente da colaboração dos Estados Unidos para ajudar a fazer luz sobre os atropelos que foram cometidos na Europa, para apurar responsabilidades e garantir que os mesmos crimes não se repetirão no futuro. Como devemos perguntar aos Estados-Membros e às instituições europeias o que fizeram para aplicar as recomendações que este Parlamento aprovou, em Fevereiro de 2007, e que explicação avançam para não o ter feito, se for o caso.

E uma vez que o meu amigo Claudio Fava citou aqui o Presidente Barroso, creio que lhe é devida uma palavra de agradecimento porque, ao contrário do Conselho, que resistiu, mentiu e ocultou informação a este Parlamento, a Comissão Europeia teve um comportamento leal e prestou toda a colaboração às nossas investigações".

Processo: resolução comum

Debate: 3/2/2009

Votação: 4/2/2009

Relações Externas

➤ Mahmoud Abbas discursa no Parlamento Europeu

O Presidente da Autoridade Palestiniana foi recebido no Parlamento Europeu no dia 4 de Fevereiro. Na alocução que fez perante os eurodeputados, Mahmoud Abbas disse que *"a criação de um governo de unidade nacional constitui uma das nossas prioridades"*. *"Queremos acabar com a divisão entre o nosso povo"*, salientou. Abbas defendeu um *"processo político que acabasse com a ocupação e permitisse a criação de dois Estados"*, mas Israel continua a ter uma *"mentalidade militar e colonizadora"*, disse.

Nas boas-vindas a Mahmoud Abbas, o Presidente do Parlamento Europeu recordou que se vive um *"momento extremamente difícil para o povo palestino"* e uma *"situação tensa"* no Médio Oriente. Hans-Gert **PÖTTERING** espera que as negociações levem à constituição de um governo de unidade nacional na Palestina. O Presidente lembrou que o Parlamento Europeu condenou a *"força desproporcionada"* de Israel, bem como o envio de rockets por parte do Hamas.

"Apelamos à retoma rápida das negociações para a paz, porque estamos convictos de que não pode existir uma solução militar para o conflito israelo-palestino", afirmou o Presidente do PE. *"É um homem da paz e do apaziguamento"*, disse a Abbas, elogiando o seu trabalho nesse sentido. *"O Parlamento Europeu quer ajudar à paz no Médio Oriente"*, concluiu.

Mahmoud **ABBAS** recordou que o seu povo sofre uma *"prolongada ocupação militar"* e os milhares de vidas palestinianas que foram ceifadas. *"São imagens terríveis as que trouxe esta guerra"*, disse, as da *"morte, na maior parte, de civis inocentes"* e de destruição de casas, edifícios públicos, etc.

Segundo o Presidente da Autoridade Palestiniana, *"este panorama desolador confirma que as agressões contra o povo palestino e o seu futuro"* é uma *"fase de um grande plano para separar os territórios palestinianos ocupados em 1967 e cuja capital seria Jerusalém Oriental"*.

Abbas defendeu perante os eurodeputados um *"processo político que acabasse com a ocupação e permitisse a criação de dois Estados"*, mas Israel continua a ter uma *"mentalidade militar e colonizadora"*, disse. *"Temos de colocar os israelitas perante as suas responsabilidades, perante as violações dos direitos humanos que cometeram"*, acrescentou.

O Presidente da Autoridade Palestina apelou ao fim da ocupação israelita e dos bloqueios "por uma via pacífica" e ao apoio internacional, para que "o povo palestino possa ter uma vida pacífica e em liberdade". "A comunidade internacional deve obrigar Israel a abandonar a sua política de destruição", pediu, sublinhando que "Israel tem de se ater aos seus compromissos e respeitar a Autoridade Palestina como autoridade legal".

"A criação de um governo de unidade nacional constitui uma das nossas prioridades"; "queremos acabar com a divisão entre o nosso povo", declarou.

Toda e qualquer negociação que se faça tem de levar "ao fim sem paliativos" da ocupação de todos os colonatos e à libertação dos presos palestinianos – "só isto poderá trazer à paz credibilidade", sublinhou.

"Esperamos contar com a vossa ajuda para poder levar a cabo eleições legislativas e presidenciais simultâneas", disse ainda o Presidente Abbas.

"Nós, povos árabes, decidimos propor a nossa iniciativa de paz", disse. "Esta oferta é uma oportunidade histórica para alcançar a paz que não poderemos deixar escapar", afirmou, apelando ao apoio do Quarteto para o Médio Oriente.

"Queremos construir o nosso futuro e curar as feridas dos nossos filhos", concluiu Abbas, fazendo referência ao "nosso grande poeta, Mahmoud Darwish": "nesta terra há quem precise de viver".

Sessão solene: 4/2/2009

Imigração

➤ PE apoia sanções contra os empregadores de imigrantes ilegais

Os eurodeputados votaram a favor do compromisso negociado com o Conselho sobre a directiva que estabelece sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular, mas decidiram adiar a votação final da resolução legislativa para a próxima sessão plenária para que seja incluída uma declaração na directiva.

O relator, Claudio Fava, quer que seja incluída uma declaração relativa às regras de subcontratação. A Presidência checa vai agora consultar os Estados-Membros, que terão depois um prazo de dois anos para transpor a directiva para a legislação nacional.

A declaração proposta por Claudio Fava diz o seguinte: "O Parlamento Europeu e o Conselho declaram que as regras relativas à subcontratação estabelecidas no Artigo 9º desta directiva não obstam a outras disposições sobre este assunto que sejam adoptadas em futuros instrumentos legislativos".

A nova directiva visa alcançar um nível mínimo de harmonização a nível europeu, exigindo aos Estados-Membros que proíbam o emprego ilegal, prevendo sanções mínimas comuns que deverão ser estabelecidas na legislação nacional e requerendo que os empregadores tomem medidas preventivas e outras medidas de controlo. Estima-se que haja entre 4,5 milhões e 8 milhões de imigrantes ilegais na UE. O emprego ilegal concentra-se especialmente na construção civil, agricultura, limpeza e hotelaria/restauração.

"A ideia é que é o empregador que deve ser punido, e não o nacional de um país terceiro ilegalmente empregado", afirma o relator do Parlamento Europeu, Claudio **FAVA** (PSE, IT).

A directiva institui uma política comum com três características principais. Em primeiro lugar, os empregadores ficam sujeitos a novas **obrigações administrativas** que têm de preencher antes do recrutamento de quaisquer nacionais de países terceiros. O incumprimento dessas obrigações levará a uma série de medidas punitivas, sanções financeiras e **sanções penais**, nos casos mais graves. Em segundo lugar, o **processo de tratamento das queixas será harmonizado**, e, em terceiro lugar, cada Estado-Membro deverá levar a cabo **inspecções "eficazes e adequadas"** a fim de controlar o emprego de imigrantes ilegais.

Apresentação de queixas pelos empregados ilegalmente

Os Estados-Membros devem assegurar a existência de mecanismos eficazes para que os nacionais de países terceiros empregados ilegalmente possam apresentar queixa contra os respectivos empregadores, directamente ou através de terceiros, como sindicatos ou outras associações.

Cada país pode definir na respectiva legislação nacional as condições de acordo com as quais pode conceder caso a caso **autorizações de residência de duração limitada** aos imigrantes ilegais em causa.

Exclusão de subsídios públicos

Entre as medidas para sancionar os empregadores de imigrantes ilegais, a directiva prevê a exclusão do direito a (alguns ou todos) benefícios, auxílios ou subsídios públicos, incluindo financiamentos da UE geridos pelos Estados-Membros, por um período até cinco anos, a exclusão da participação em contratos públicos pelo mesmo período ou ainda o encerramento temporário ou permanente dos estabelecimentos que tenham sido utilizados para cometer a infracção, ou retirada temporária ou permanente de uma licença para o exercício das actividades comerciais em questão, se justificado face à gravidade da situação.

Sanções penais

A directiva obriga os Estados-Membros a preverem sanções penais contra os empregadores na respectiva legislação nacional para as infracções graves, tais como reincidência, emprego ilícito de um número significativo de nacionais de países terceiros, condições de trabalho particularmente abusivas, conhecimento por parte do empregador de que o trabalhador é vítima de tráfico de seres humanos e emprego ilícito de menores.

Pagamentos em atraso a efectuar pelos empregadores

O empregador terá de pagar aos nacionais dos países terceiros qualquer salário em dívida pelo trabalho realizado e quaisquer impostos e contribuições para a segurança social pendentes. Terá igualmente de pagar, se for esse o caso, quaisquer custos resultantes do envio do salário em dívida para o país ao qual regressou ou para o qual foi repatriado o nacional do país terceiro empregado ilicitamente.

Os procedimentos necessários para reclamar o pagamento das remunerações deverão ser desencadeados automaticamente sem que o nacional do país terceiro tenha de apresentar uma queixa.

Subcontratação

Sempre que o empregador seja um subcontratante, o contratante principal e qualquer subcontratante intermédio, se estes tiverem conhecimento de que o empregador subcontratante empregou imigrantes ilegais, poderão ser considerados responsáveis, solidariamente ou em lugar do empregador, pelos pagamentos devidos.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Carlos **COELHO** (PPE/DE): *"Temos vindo a aprovar neste plenário várias iniciativas no sentido de criarmos uma política coerente e integrada em termos de imigração. Esta política comum deverá, por um lado, implicar a abertura de canais legais de imigração e integração desses imigrantes nas sociedades de acolhimento e, nesse sentido, aprovámos, há dois meses atrás, a directiva relativa ao cartão azul e a directiva relativa ao procedimento único de concessão de uma autorização única de residência e de trabalho.*

Paralelamente, temos de lutar eficazmente contra a imigração ilegal, bem como todas as formas de criminalidade que lhe estão associadas. Esta iniciativa procura combater os factores de atracção da imigração ilegal para o espaço europeu e pôr fim a situações de exploração de trabalhadores ilegais. É importante que os que tentam entrar no espaço europeu a qualquer

custo, por vezes com o custo da própria vida, compreendam que só existe uma via possível que é a imigração legal, com todos os direitos e possibilidades que lhe são inerentes. Estima-se que se encontrem entre 5 e 8 milhões de imigrantes em situação irregular na União Europeia: grande parte encontra-se a fazer trabalho pouco qualificado, bastante mal pago e, por vezes, em situações de profunda exploração. Felicito o relator Claudio Fava e, de forma especial, a minha colega Edit Bauer pelo trabalho realizado e pelo compromisso obtido. É a marca do trabalho de rigor e de qualidade a que ambos nos têm habituado.

Concordo, assim, com o combate ao trabalho ilegal em toda a União Europeia. Com esta directiva pretende-se assegurar que todos os Estados-Membros possam introduzir sanções similares para os empregadores de imigrantes clandestinos e as cumpram de forma eficaz. Poderão ser impostos três tipos de sanções: financeiras, administrativas e criminais, de acordo com a gravidade da situação. Passa igualmente a ser exigida aos empregadores que tomem medidas preventivas e procedam a controlos de verificação da regularidade da situação desses indivíduos, de forma a evitar que empreguem trabalhadores em situação irregular na União".

Maria Assunção **ESTEVES** (PPE/DE): *"O relatório Fava é um momento de progresso e humanização nas leis da imigração. Ele deixa-nos um conforto moral que devíamos a nós mesmos desde a directiva do retorno. A proibição geral do emprego de imigrantes ilegais não está só a evitar um estado de ilegalidade endémica em matéria de imigração. Está, sobretudo, a evitar o potencial de exploração e aproveitamento da miséria humana que, em geral, vai ligada a esta espécie de emprego.*

A primeira nota fundamental do relatório Fava está em que ele nega a perspectiva da imigração ilegal que assenta numa fácil, mas inadmissível condenação do imigrante e contrapõe uma resposta sistémica que co-responsabiliza o Estado e o empregador. É que até hoje, o maior falhanço das políticas de imigração tem sido a ausência de uma resposta justa para a condição dramática do imigrante irregular. A vertigem penal a cair sobre o imigrante, o seu estatuto de culpado em vez de vítima.

A segunda nota fundamental do relatório é que ele traz ao espaço público europeu uma ética de responsabilidade partilhada entre o Estado e as empresas. O dever de supervisão prévia do empregador, de controlar a residência do trabalhador, tem o valor de uma competência atribuída aos privados que o republicanismo europeu muito pouco tem experimentado. Uma competência que aplaudimos, porque a defesa da legalidade e da ética pública não cabe apenas ao Estado, mas a todos. O relatório entra, por isso, nas fronteiras de um método político novo que outros relatórios deverão seguir.

A terceira nota, porventura a mais fundamental, é esta extraordinária abstracção que separa o dever de pagamento das remunerações do problema da legalidade da residência. Constitui ela um simples ditado da moral universal que diz que a Humanidade pré-existe às regras do sistema jurídico e se sobrepõe a elas. Parabéns, por isso, ao Senhor Fava".

Claudio FAVA (PSE, IT)

Relator

Processo: co-decisão, primeira leitura

Debate: 3/2/2009

Votação da resolução legislativa: adiada

Direitos Fundamentais

➤ Futuro da Aviação geral e de negócios

O Parlamento Europeu aprovou o relatório do eurodeputado português Luís Queiró sobre o futuro da aviação geral e de negócios, o segmento da aviação civil com mais rápido crescimento na Europa. O PE incentiva os Estados-Membros a dedicar, sempre que necessário, os aeroportos actuais ou futuros a fins de aviação geral e de negócios e encoraja-os a investirem na modernização e criação de pequenos e médios aeroportos.

A Aviação Geral e de Negócios abrange todas as operações com aeronaves civis que não as do transporte aéreo comercial, assim como operações de transportes aéreos civis remuneradas e a pedido. Este sector também engloba actividades de elevado rendimento tão diversas como

trabalhos especializados no sector aeronáutico (cartografia aérea, voos de apoio à agricultura, combate aos incêndios, monitorização do tráfego) e voos de formação e de recreação.

O relatório de Luís **QUEIRÓ** (PPE/DE), aprovado por 524 votos a favor, 74 contra e 6 abstenções, salienta a necessidade de se terem em conta os interesses e especificidades da Aviação Geral e de Negócios no desenvolvimento de futuras iniciativas na área da política de transportes aéreos, com vista a reforçar a sua competitividade.

O PE incentiva os Estados-Membros, bem como as autoridades regionais e locais, a dedicar, sempre que necessário, os aeroportos actuais ou futuros a fins de aviação geral e de negócios e encoraja-os a investirem na modernização e criação de pequenos e médios aeroportos, *"que são de enorme importância para a Aviação Geral e de Negócios"*.

É cada vez mais difícil para a Aviação Geral e de Negócios não só ter acesso aos principais aeroportos, como também aos aeroportos regionais, uma vez que o aumento da procura dos transportes aéreos comerciais exerce pressão na disponibilidade de faixas horárias e de lugares nas placas de estacionamento. Os eurodeputados exortam a Comissão e os Estados-Membros, através das suas autoridades aeroportuárias, a fazerem face a estes problemas mediante a aplicação de medidas que permitam otimizar a utilização da capacidade existente, graças a um planeamento mais eficaz e ao recurso a tecnologias modernas.

O relatório salienta que, sempre que possível, se deverá proporcionar à aviação de negócios um acesso adequado aos principais aeroportos a fim de lhe permitir ligar as regiões da Europa aos seus centros económicos. Os deputados solicitam à Comissão que verifique se existe a necessidade de adaptar as disposições aplicáveis do actual regulamento relativo às faixas horárias e que elabore, antes do final deste ano, um relatório destinado ao Parlamento Europeu.

"O helicóptero pode ser um meio para as ligações de pequeno curso entre diferentes aeroportos", salienta o documento, solicitando à Comissão e aos Estados-Membros que o incluam nas estratégias de reforço de capacidades. Os deputados consideram também essencial a promoção da aviação recreativa e desportiva, bem como dos aeroclubes europeus, que constituem "uma importante fonte de competências profissionais para todo o sector da aviação".

Os parlamentares convidam também a Comissão Europeia a *"ponderar a possibilidade de instituir procedimentos de segurança e de verificação simplificados para os passageiros da aviação de negócios, sem comprometer, seja de que maneira for, a sua segurança"*.

Intervenção de Luís QUEIRÓ em plenário: *"Até à data o sector da aviação geral e de negócios não tinha sido abordado especificamente a nível europeu. O significado político deste relatório resulta, portanto, da circunstância de ser a primeira vez que a Comissão e o Parlamento se debruçam sobre esta actividade, ao mesmo tempo que ela regista um crescimento acelerado tanto em volume, como em importância económica."*

Os números falam por si: só na aviação de negócios multiplicam-se as Pequenas e Médias Empresas que se dedicam a esta actividade, o número de aeronaves deverá duplicar para 3.500 na próxima década e o volume de negócios anual ascende a mais de 25 mil milhões de euros. Directa ou indirectamente, gera 154 mil empregos ao nível europeu. Juntamente com a aviação geral, onde se calcula que existam entre 30 mil a 50 mil aeronaves, o sector representa cerca de 9% de todo o movimento aéreo registado e tem o crescimento mais rápido na Europa, duas vezes superior ao do resto do tráfego.

O segmento da aviação de negócios proporciona benefícios sociais e económicos relevantes: ao facultar transporte flexível, de ponto a ponto, aumenta a mobilidade dos cidadãos, a produtividade das empresas e a coesão regional.

Já a aviação geral presta serviços essenciais em áreas muito diversas, desde a aviação de busca e salvamento, ao combate a incêndios, à regulação do trânsito, à cartografia ou à aviação recreativa e desportiva. Constitui ainda uma importante fonte de competências profissionais para todo o sector da aviação.

Uma palavra também para a indústria europeia deste sector, que tem vindo a apresentar um crescimento contínuo da sua quota de mercado a nível mundial, a qual ronda presentemente os 16% e que é, portanto, preciso apoiar.

Entrando em concreto no relatório, acompanhámos, enquanto relator, a preocupação sublinhada pela Comissão, na sua Comunicação, de abordar as especificidades do sector e identificar os seus temas centrais. O primeiro tem a ver com a recolha de dados e baseia-se na necessidade de proporcionar aos decisores políticos dados e informação estatística suficientes a fim de lhes permitir conhecer melhor o sector e, desta forma, serem capazes de o regulamentar adequadamente. O segundo ponto respeita à aplicação do princípio da proporcionalidade na sua regulamentação. A questão central é de saber se as regras concebidas para reger a operação de aeronaves comerciais serão adequadas para a operação de aviões mais simples e mais pequenos, muitas vezes, monomotores.

Apoiamos a Comissão na sua intenção de aplicar o princípio da proporcionalidade quer no plano da elaboração das normas, quer no da sua execução, tendo sempre presente a necessidade de não comprometer a segurança em geral. É o caso, por exemplo, da adaptação de certas regras de navegabilidade, já adoptadas pela EASA, para a operação com aviões não comerciais ou a eventual aplicação de regras específicas no que toca a procedimentos simplificados de segurança e de verificação de passageiros na aviação de negócios.

O terceiro ponto tem a ver com o problema de acesso aos aeroportos e ao espaço aéreo. O diagnóstico está feito: estes aviões, em geral, têm dificuldades de acesso aos grandes aeroportos e começam a ter os mesmos problemas nos aeroportos regionais e secundários. As soluções vão desde a optimização da utilização da capacidade existente à eventual revisão da regulamentação relativa aos slots. É igualmente necessário estimular o investimento em aeroportos de pequena e média dimensão, promovendo uma cada vez maior interligação entre as várias regiões e cidades europeias.

Relativamente à questão da capacidade do espaço aéreo, sublinha-se a importância das reformas no âmbito do Céu Único Europeu e do CESAR e, mais uma vez, se volta à necessidade de não impor requisitos desproporcionados às pequenas aeronaves em matéria de equipamentos de navegação aérea, respeitando sempre os limites de segurança.

O quarto e último ponto relaciona-se com a sustentabilidade ambiental deste sector de actividade. Embora as emissões de CO2 das pequenas aeronaves sejam mais reduzidas, continua a ser necessário promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação não só no âmbito das iniciativas Clean Sky e CESAR, como da utilização de motores menos poluentes e de combustíveis mais limpos.

Quero finalizar manifestando a esperança de que este relatório represente um verdadeiro enquadramento para as futuras intervenções legislativas e regulamentares que se venham a desenhar para o sector. É essa a vontade da Comissão dos Transportes quando solicita à Comissão que, até ao final do ano de 2009, se volte a pronunciar sobre os progressos alcançados no âmbito das questões nele identificadas. Com a votação de amanhã, a minha expectativa é que essa vontade se estenda a uma expressiva maioria dos deputados desta casa".

Luís QUEIRÓ (PPE/DE, PT)
Relator
Processo: relatório de iniciativa
Apresentação: 2/2/2009
Votação: 3/2/2009

Direitos da Mulher e Igualdade de Oportunidades

➤ PE pede reforço dos direitos das pessoas com familiares dependentes a cargo

O Parlamento Europeu solicita aos Estados-Membros que disponibilizem até 2010 estruturas de acolhimento para pelo menos 90% das crianças abaixo da idade escolar. Ainda segundo o PE, "uma pessoa que consagre o seu tempo e as suas capacidades à guarda e à educação de

crianças ou à assistência a uma pessoa idosa deverá ser reconhecida pela sociedade", conferindo-lhe direitos em matéria de cobertura social e de reforma.

Na resolução sobre a não discriminação com base no sexo e a solidariedade entre gerações, aprovada por 358 votos a favor, 271 contra e 23 abstenções, o PE solicita à Comissão que proponha uma **nova directiva sobre direitos e salvaguardas específicos relacionados com a conciliação entre vida profissional e vida familiar nos casos em que haja familiares dependentes** (crianças, idosos e deficientes) e exorta os Estados-Membros a ter em conta a criação de horários flexíveis para os pais (por livre escolha) e horários flexíveis para as instituições de acolhimento de crianças, a fim de ajudar mulheres e homens a conciliar devidamente a vida profissional e a vida familiar.

O Parlamento recorda aos Estados-Membros os compromissos que assumiram no Conselho Europeu de Barcelona de 2002 no sentido de eliminar os obstáculos à igualdade de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho e de disponibilizar, até 2010, estruturas de acolhimento para, pelo menos, 90% das crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de escolaridade obrigatória e, pelo menos, 33% das crianças com menos de 3 anos. Os eurodeputados solicitam também aos Estados-Membros que proponham objectivos semelhantes para estruturas de acolhimento de idosos e parentes doentes.

Os eurodeputados manifestam **"receio de que a proposta da Presidência checa segundo a qual a guarda de crianças é uma real alternativa a uma carreira profissional vise repor uma divisão tradicional do trabalho entre homens e mulheres, ou seja, o conceito tradicional de que o trabalhador deve ser do sexo masculino e estar disponível a tempo inteiro, devendo as suas necessidades pessoais ser satisfeitas por «mãos invisíveis» (a mulher) que se ocupam do lar e da família"**.

Segundo o Parlamento Europeu, *"uma pessoa que consagre o seu tempo e as suas capacidades à guarda e à educação de crianças ou à assistência a uma pessoa idosa deverá ser reconhecida pela sociedade"*. Este objectivo poderá ser alcançado *"conferindo direitos próprios a essa pessoa, nomeadamente em matéria de cobertura social e de reforma"*, acrescenta.

Os eurodeputados pedem à Comissão que apresente iniciativas concretas para **validar as competências adquiridas no exercício de tarefas de educação, de serviços prestados a pessoas dependentes e de gestão doméstica**, por forma a que estas competências possam ser tomadas em consideração quando da reinserção no mercado de trabalho.

Notando que *"é escassa, em todos os Estados-Membros, a percentagem de homens que utilizam as licenças a que têm direito"*, o PE sublinha que é preciso intervir no sentido de melhorar o tratamento que é conferido não só à licença de maternidade, como também à de paternidade e às **licenças parentais**, em particular às licenças gozadas pelos pais trabalhadores.

Os eurodeputados solicitam à Comissão que, em colaboração com os Estados-Membros e os parceiros sociais, proceda a uma revisão das políticas de conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal, em particular *"garantindo que as despesas de maternidade/paternidade não fiquem exclusivamente a cargo da empresa, mas também da colectividade, no sentido de erradicar os comportamentos discriminatórios no interior da empresa e apoiar o relançamento do crescimento demográfico"*.

Por fim, os parlamentares defendem que a **directiva relativa à organização do tempo de trabalho** deve consagrar um artigo específico à conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

Processo: proposta de resolução alternativa (nº 4 do artigo 151º do Regimento)

Apresentação: 2/2/2009

Votação: 3/2/2009

➤ **PE aprova relatório final da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas**

Os eurodeputados aprovaram o relatório final da Comissão Temporária do PE sobre as Alterações Climáticas *"2050: O futuro começa hoje – Recomendações com vista a uma futura política comunitária integrada de preservação do clima"*. O relatório defende uma meta a médio prazo visando a redução de emissões de gases com efeito de estufa de 20% para 25-40% até 2020, bem como uma meta de redução a longo prazo de pelo menos 80% até 2050.

O relatório final da Comissão Temporária do PE sobre as Alterações Climáticas (CLIM), aprovado em plenário por 570 votos a favor, 78 contra e 24 abstenções, apresenta recomendações para a futura política integrada da UE em matéria de protecção do clima com vista a traçar o caminho para uma economia com reduzidos níveis de carbono. As recomendações abrangem as seguintes áreas:

- Energia
- Biocombustíveis
- Eficiência energética
- Mobilidade e logística
- Turismo
- Regime de comércio de licenças de emissão e emissões industriais
- Exploração agrícola e pecuária
- Florestas
- Protecção do solo
- Gestão dos recursos hídricos
- Pescas
- Tratamento de resíduos e gestão dos recursos
- Medidas de adaptação
- Saúde
- Crescimento e emprego
- Promoção das tecnologias do futuro
- Sistemas informáticos inteligentes e tecnologias da informação e comunicação
- Financiamento e questões orçamentais
- Educação, formação, apresentação de relatórios, rotulagem e sensibilização

"Não existe uma via única e universal no combate às alterações climáticas, sendo necessário agir no que diz respeito ao desafio no âmbito da política da protecção do clima, por um lado, com o aumento dramático da eficiência e com uma gestão melhorada dos recursos, por outro, também devemos estar dispostos a enveredar por novos caminhos", salienta o relator, Karl-Heinz FLORENZ (PPE/DE, DE).

"Não se trata de alterações ou oscilações climáticas naturais, mas de um aumento da temperatura média global, causada pelo homem devido a um estilo de vida que esbanja recursos em vez de os conservar, não estando, por conseguinte, orientado para um desenvolvimento sustentável que se coadune com as necessidades da geração actual sem pôr em risco as potencialidades de gerações futuras", acrescenta.

O relatório final da CLIM defende a fixação, para a UE e os outros países industrializados no seu conjunto, de uma meta a médio prazo visando a redução de emissões de gases com efeito de estufa de 20% para **25-40% até 2020, bem como a fixação de uma meta de redução a longo prazo de pelo menos 80% até 2050**, comparativamente com 1990, mantendo a ênfase em limitar o aumento médio da temperatura global em 2°C, em relação ao nível pré-industrial e assim alcançar uma *"probabilidade de 50% de realizar esse objectivo"* (§ 3).

Os eurodeputados destacam a necessidade de *"não capitular perante a complexidade dos problemas relacionados com as alterações climáticas, reagindo com força de vontade criadora e visionária e com qualidade de chefia no domínio político e socioeconómico aos desafios económicos, ecológicos e sociais que nos são colocados pela nova era da política energética e da política em matéria de clima - que têm a sua expressão na progressiva escassez das matérias-primas"* (§ 195).

O PE propõe, entre outras medidas, o recurso a medidas políticas e educacionais, baseadas numa perspectiva a longo prazo, e *"mediante a aplicação coerente das decisões estratégicas inerentes, não as subordinando a objectivos políticos a curto prazo"* (§ 194).

Além disso, *"só é possível combater com êxito as alterações climáticas se os cidadãos participarem plenamente no processo e forem protegidos durante o período de transição para uma economia neutra em termos de carbono"*, sublinha.

Segundo os eurodeputados, *"as políticas de contenção e de adaptação irão empurrar a União Europeia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável capaz de promover a sua natureza social, de forma a garantir o consenso social"* (§ 11).

Como entidade orçamental, em conjunto com o Conselho, o Parlamento Europeu salienta que, nas próximas Perspectivas Financeiras, deverá dar a máxima prioridade às alterações climáticas e a medidas atinentes à sua contenção (§ 174-177).

Karl-Heinz FLORENZ (PPE/DE, DE)

Relator

Processo: relatório de iniciativa

Debate: 4/2/2009

Votação: 4/2/2009

Saúde Pública

➤ Plano de acção europeu para prevenção e tratamento da doença de Alzheimer

Os eurodeputados adoptaram uma declaração escrita solicitando à Comissão, ao Conselho e aos governos dos Estados-Membros que reconheçam a doença de Alzheimer como uma *"prioridade de saúde pública europeia"* e elaborem um plano de acção europeu. A doença de Alzheimer afecta actualmente 6,1 milhões de europeus e, com o envelhecimento da população, este número duplicará ou triplicará até 2050. Esta doença representa a primeira causa de dependência.

O plano de acção europeu deverá, segundo os deputados, promover a investigação pan-europeia sobre as causas, a prevenção e o tratamento da doença de Alzheimer, melhorar o diagnóstico precoce, simplificar as diligências para os doentes e os prestadores de cuidados e melhorar a sua qualidade de vida, bem como promover o papel das associações Alzheimer e conceder-lhes um apoio regular.

"É primordial um compromisso político nos domínios da investigação, da prevenção e da protecção social", salienta a declaração assinada por 424 eurodeputados.

Indústria

➤ Eurodeputados portugueses sobre produção e emprego no sector do têxtil

Tendo em conta o crescente número de empresas que estão a cessar ou a deslocalizar a produção, provocando um aumento do desemprego em várias regiões da UE – durante os últimos dois anos perderam-se 350 mil empregos e o número de empresas declinou 5% –, o Parlamento Europeu realizou, no dia 2 de Fevereiro, um debate sobre a produção e o emprego no sector do têxtil e do vestuário.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Pedro **GUERREIRO** (CEUE/EVN): *"Na continuidade de outras iniciativas, propusemos à Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu a elaboração de uma pergunta oral, com debate em sessão plenária, sobre a produção e o emprego no sector do têxtil e do vestuário em diferentes Estados-Membros da União Europeia, porque o consideramos urgente e imprescindível. Propusemos igualmente que este debate tivesse a participação do Conselho e fosse concluído com uma resolução deste Parlamento, no entanto, tais propostas não tiveram o apoio de outros grupos parlamentares.*

Passou mais de um ano desde o debate realizado neste Parlamento, a 12 de Dezembro de 2007. Como denunciámos então, a não serem tomadas medidas em defesa da produção e do emprego no têxtil e no vestuário, continuaríamos a ser confrontados com a lenta agonia e destruição de grande parte deste sector estratégico.

Desde então, e como acontecia até aí, foram destruídos milhares de postos de trabalho e encerradas inúmeras empresas, apontando-se que, apenas nos últimos dois anos, desapareceram 350 mil empregos e 5% das empresas. É isto o que a Comissão Europeia afirma ser competir através da reestruturação?

Deste então, e como acontecia até aí, os trabalhadores continuaram a ser confrontados com o desemprego – quantas vezes com a ausência de pagamento das devidas indemnizações ou salários em falta –, com a intensificação da exploração, com mais precariedade, com salários em atraso, com a desregulamentação do horário de trabalho.

Tal realidade tem responsáveis e causas. Os que promovem a liberalização do comércio do têxtil e do vestuário e a deslocalização da produção, com vista ao máximo lucro, colocando grande parte do sector perante uma concorrência cujas regras, definidas à partida, têm dois pesos e duas medidas.

Face a esta realidade, a União Europeia ou tem feito orelhas moucas ou tem avançado com medidas mitigadas, que estão longe de dar resposta aos problemas e necessidades do sector. Para a Comissão Europeia, ao contrário de outros sectores, o têxtil e vestuário não é considerado especial, como afirma.

A par de urgentes medidas que deverão ser implementadas ao nível de cada Estado-Membro, também ao nível da UE se impõe dar resposta aos graves problemas com que o sector se debate. Senhora Comissária, para quando a aplicação de regras vinculativas sobre a aposição de rótulos de origem, com a adopção, por exemplo, do regulamento sobre a indicação de «fabricado em»? Para quando a aplicação aos produtos importados dos mesmos requisitos de segurança e de protecção dos consumidores que são exigidos aos produtos produzidos na UE? Como continuará a UE a acompanhar, em tempo real, a evolução das importações e a fiscalização e controlo aduaneiro, mantendo o sector plenamente informado, com a reclamação de cláusulas de salvaguarda sempre que necessário? Como vai utilizar o Quadro Financeiro 2007-2013, incluindo o denominado Fundo de Globalização, para defender a produção e o emprego no têxtil e vestuário, em particular das Pequenas e Médias Empresas afectadas pela liberalização? Para quando uma política monetária e cambial que não penalize as exportações de alguns Estados-Membros? Para quando a criação do programa comunitário – como proposto, aliás, por este Parlamento – e o desbloqueamento de meios financeiros para a modernização e promoção do

sector e a diversificação da actividade industrial, particularmente dirigido às regiões mais desfavorecidas que dele são dependentes?"

Francisco **ASSIS** (PSE): "Este caso é um caso muito concreto em que se aplica bem a distinção entre a protecção e o protecçãoismo. «Não» ao protecçãoismo que empobrece, mas é absolutamente necessária a protecção para salvaguardar direitos fundamentais dos europeus. Este é um sector muito importante em várias regiões, em vários países europeus – como é o caso da região de onde sou oriundo, a região do Norte de Portugal. Tem uma importância crucial na economia regional. Tem sido um sector particularmente exposto ao processo de globalização. E, num contexto de grave crise financeira, como aquele que estamos a viver, este sector está a viver horas absolutamente trágicas.

A União Europeia e os Estados-Membros têm que dar mais atenção à indústria têxtil, optando por medidas defensivas e medidas ofensivas. As medidas defensivas passam pela utilização de todos os mecanismos e instrumentos de defesa comercial que estão à nossa disposição. Passam também pela manutenção de um diálogo político com os nossos principais parceiros para combater situações de verdadeiro protecçãoismo monetário e situações que põem em causa os legítimos interesses dos produtores europeus. Estar a defender os produtores europeus, os empresários, os trabalhadores, é estar a defender os cidadãos europeus e é também estar a defender os consumidores europeus. É disso que nós, de uma vez por todas, temos que ter consciência.

Ao mesmo tempo que temos que utilizar estas medidas defensivas em obediência a princípios tão simples como aqueles que já aqui foram enunciados: o princípio da reciprocidade e o princípio do combate permanente à concorrência desleal. Nós não estamos a pedir para a União Europeia, e para as regiões da União Europeia mais afectadas, nenhuma situação de tratamento especial. Estamos apenas a exigir que haja regras e que essas regras assentem em princípios fundamentais de reciprocidade. Mas ao mesmo tempo que a União Europeia e os seus Estados-Membros devem lutar para que sejam aplicados, sem qualquer tipo de hesitação, os instrumentos de defesa comercial que em cada momento se revelem mais adequados, temos também, naturalmente, que desenvolver políticas e medidas ofensivas como, aliás, já se tem vindo a fazer, no sentido de modernizar o sector, o que também tem vindo a ocorrer do ponto de vista de valorização dos recursos humanos, da aposta na formação profissional, da modernização tecnológica e da valorização dos territórios.

Há hoje territórios – e eu conheço bem um deles, que é, como disse há pouco, a região Norte de Portugal – que estão confrontados com situações verdadeiramente trágicas e é preciso enfrentá-las com total frontalidade".

Elisa **FERREIRA** (PSE): "Vou tentar colocar as questões de uma forma muito sintética. Primeiro ponto, a questão do mecanismo especial de monitorização da União Europeia para os têxteis, que terminou, como foi aqui dito, em 31 de Dezembro de 2008. Faz falta, Senhora Comissária, a publicação atempada e rotinada dos dados estatísticos sobre importações, exportações e preço, à semelhança do que acontece nos Estados Unidos. Sem esses dados, a União Europeia está impossibilitada de reagir contra eventuais práticas desleais e a própria Comissão fica incapaz de definir a sua estratégia. Eu pedia-lhe a atenção para isso, à semelhança do que os outros colegas já fizeram.

Em segundo lugar, produzir dentro da União Europeia obriga cada vez mais a cumprir normas de segurança, normas sociais, normas ambientais. O REACH, por exemplo, é uma iniciativa recente que nos cria ainda mais condicionantes. É importante que a Comissão tenha uma estratégia clara e que seja perceptível e passível de monitorização para que os produtos importados tenham requisitos idênticos. De que modo é que nos acordos de comércio livre que estão em curso esses aspectos estão a ser devidamente acautelados. E quanto ao «made in», pode o «made in» ajudar de facto a resolver esta questão?

Terceiro ponto, a União Europeia lançou um plano de recuperação económica de combate à crise actual. Que papel vai ter a política comercial nesse contexto? Neste momento, o que está a Comissão a preparar-se para fazer quando uma série de outros países, como é o caso da China, começam a proliferar o lançamento de barreiras não tarifárias crescentemente para que as nossas importações europeias não acedam aos mercados chineses? Que proposta tem relativamente à actualização ou ajustamento do Fundo para a Globalização, bem como dos

apoios disponíveis nos quadros de Fundos Estruturais para melhorar a situação imediata da indústria têxtil europeia?

Por último, de facto será que a crise que atravessamos vai finalmente tornar a Comissão sensível ao impacto devastador na economia europeia de um euro sobrevalorizado? Como pode a Senhora Comissária sensibilizar os seus colegas e as entidades que lidam com a política monetária europeia no sentido de reequilibrar?"

Debate: 2/2/2009

Direitos do Homem

➤ **Brasil: Parlamento Europeu aprova resolução sobre a recusa de extradição de Cesare Battisti**

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução na qual exprime o seu desejo de que as autoridades brasileiras possam tomar uma *"decisão baseada nos princípios comuns partilhados pelo Brasil e pela União Europeia"* no caso da extradição do italiano Cesare Battisti. O PE afirma que a recusa de extradição *"pode ser interpretada como uma manifestação de desconfiança na União Europeia, a qual assenta inter alia no respeito dos direitos fundamentais e do Estado de direito"*.

Em 17 de Janeiro deste ano, o Governo brasileiro concedeu a Cesare Battisti o estatuto de refugiado político, tendo recusado a sua extradição *"por considerar que o sistema judiciário italiano não fornece garantias suficientes no tocante ao respeito dos direitos dos detidos"*, lê-se na resolução.

Segundo o Parlamento Europeu, *"esta decisão pode ser interpretada como uma manifestação de desconfiança na União Europeia, a qual assenta inter alia no respeito dos direitos fundamentais e do Estado de direito, que inclui os direitos dos detidos"*, e *"esses princípios são partilhados por todos os Estados-Membros"*.

Os eurodeputados assinalam que existem ainda processos judiciais em curso e que a decisão definitiva das autoridades brasileiras será provavelmente pronunciada nas próximas semanas, mas afirmam estar convictos de que o reexame da decisão sobre a extradição de Cesare Battisti *"terá em conta a sentença proferida por um Estado-Membro no pleno respeito dos princípios do Estado de direito na União Europeia"*.

"A parceria entre a UE e a República Federativa do Brasil assenta na mútua convicção de que ambas as partes respeitam o Estado de direito e os direitos fundamentais, incluindo o direito de defesa e o direito a um processo justo e equitativo", conclui o PE.

Cesare Battisti foi condenado à revelia pelas autoridades judiciais italianas, com sentença transitada em julgado, pela autoria de quatro crimes de homicídio e pelos crimes de participação em bando armado, prática de furtos, detenção de armas proibidas e prática de actos de violência à mão armada.

"Responsabilidade crescente" do Brasil à escala mundial

A resolução do Parlamento Europeu nota, por outro lado, que as relações económicas, comerciais e políticas entre o Brasil e a União Europeia *"são excelentes, auspiciosas e baseadas, nomeadamente, em princípios partilhados, como o respeito dos direitos humanos e do Estado de direito"*.

"O Brasil, com o pleno apoio dos Estados-Membros, tem vindo a assumir um papel preponderante na cena internacional e a sua participação na Cimeira do G-20 do passado mês de Novembro, em Washington, assim como nos futuros encontros deste tipo, são um sinal da sua responsabilidade crescente à escala mundial", acrescentam os eurodeputados.

Processo: resolução comum

Debate: 5/2/2009

Votação: 5/2/2009

Nota:

Os textos são da responsabilidade do GEPSD e feitos com base na informação do Serviço de Imprensa português do Parlamento Europeu.